

FRAGMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA IGREJA

*Cláudio Neutzling**

RESUMO: Este artigo faz um sobrevôo pela História da Igreja, reunindo numa síntese os dados essenciais: a Igreja Apostólica, a Igreja no Império Romano, as grandes heresias e suas soluções nos primeiros Concílios Ecumênicos, a difusão do Cristianismo entre os Povos Germânicos, a Igreja Medieval, o “descobrimento” da América, o movimento da Reforma Protestante e a Reforma Católica com o Concílio de Trento, a Igreja e a Modernidade, culminando no Concílio Vaticano II, a Igreja atual. Poderá servir de material para um curso rápido ou como base para uma informação mínima sobre o assunto.

Introdução

A História da Igreja estuda os fatos e a vida dos seguidores de Jesus Cristo, isto é, dos cristãos, na sua trajetória de dois mil anos. É uma história que começa pela experiência da fé de cada um dos batizados e pelo estudo do desenvolvimento das instituições cristãs. Ela inclui a história de nossas Comunidades, de nossa Paróquia e Diocese, ligadas que estão com a Igreja Universal. Em verdade, todos nós batizados possuímos uma história de vida cristã! Esta história é a “memória” de nossa fé e de nossa vida de fé, que deve ser resgatada sempre de novo, para ser fonte de novas atividades e vida, para ser constante incentivo a fim de enfrentarmos os novos desafios que se apresentam na caminhada de cristãos. Nós não começamos do nada, mas somos os seguidores e continuadores daqueles 12 Apóstolos e dos Discípulos de Jesus Cristo. Como eles, nós acreditamos que Jesus morreu por nós na cruz e ressuscitou ao terceiro dia, como nosso Salvador. Somos suas testemunhas!

A História da Igreja costuma ser dividida em quatro períodos: **História da Igreja Antiga** (Tempos apostólicos, Patrística grega e latina, até o século VIII), **Medieval** (desde a coroação de Carlos Magno, como Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em Roma, no Natal do ano 800, até a Reforma Luterana, em 1517), **Moderna** (Renascimento até o fim do Século XIX) e **Contemporânea** (Século XX). Apesar disto, apresentaremos esta história em diversos tópicos, sem ater-nos rigorosamente a esta grande divisão clássica.

Antes de começarmos a exposição, poderíamos levantar algumas perguntas: Será que nós conhecemos nossa história cristã? Qual é nossa história comum com tantos homens e mulheres nesta caminhada de 20 séculos de Igreja? Nós nos sentimos parte desta história? O

* Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana - Roma. Prof. de História da Filosofia no Curso de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas e de Teologia no Instituto Superior de Teologia, agregado à mesma Universidade.

que nos poderia ensinar a memória histórica da Igreja, para enfrentarmos os desafios atuais da vida de fé e do projeto da nova evangelização, no início deste novo milênio da era cristã?

1. Igreja Apostólica

Tudo começou com a ordem de Jesus: “Ide, pois, e fazei discípulos a todos os povos, batizando-os...e ensinando-os a observar tudo quanto vos mandei” (Mateus 28,19-20). A ordem de Jesus constitui a missão da Igreja: Evangelizar. A primeira Igreja foi constituída pela Comunidade de Jerusalém, descrita no início dos Atos dos Apóstolos, que também é o primeiro livro de História da Igreja. A jovem Igreja apostólica compreende o apelo missionário de Jesus. Assim, com a morte de S.Estêvão, a Igreja de Jerusalém começou a espalhar-se pela Samaria, pelo Oriente Médio, pelas ilhas gregas, para o Egito e até mesmo para a Etiópia na África negra. As viagens missionárias de S.Paulo mostram o nascimento de comunidades cristãs em tantas cidades! Estamos nos tempos da Igreja apostólica!

É oportuno lembrar que os primeiros cristãos eram judeus. Ora, isto trouxe uma primeira crise de crescimento, quando se resolveu abrir o cristianismo para os gentios (isto é, para os não judeus): A questão central do debate ficou em torno de aplicar ou não a todos os convertidos do paganismo a circuncisão judaica. A tensão foi muito grande e quase partiu em dois a jovem Igreja. O Concílio de Jerusalém superou o problema, decidindo não exigir a circuncisão (Atos 15,4-30). Aqui encontramos o modelo bíblico dos chamados Concílios Ecumênicos, tão importantes no desenvolvimento posterior do Cristianismo, quando alguns problemas doutrinários ou pastorais exigiram decisões gerais e universais comuns de toda a Igreja.

A catequese dos Apóstolos e as suas Cartas confluirão para a formação do Novo Testamento. Nas cartas a Tito e a Timóteo, S.Paulo trata da sucessão dos apóstolos. Pedro, chefe dos Apóstolos, após trabalhos na Palestina e no Oriente Médio, funda a Igreja de Roma, onde é martirizado. S. Paulo também será martirizado em Roma. Desde o ano 54, o Império Romano começará a desencadear a perseguição. É uma Igreja nascida e fertilizada no sangue dos mártires, a exemplo do mestre Jesus.

Do tempo apostólico ou logo após devemos lembrar a “Didaqué”, o catecismo dos primeiros cristãos, que pode ser datado entre os anos 90-100 DC, ou até mesmo antes, no ano 70, quando ainda vivia S.Paulo. Deve-se recordar também o “Símbolo dos Apóstolos” (o Creio), que traz um pequeno resumo da fé cristã, datado do fim do séc. I e inícios do II. Até hoje este “Credo” é a referência fundamental da fé cristã, utilizado também na celebração do Batismo e ponto de união para o diálogo ecumênico.

2. Jovem Igreja sob o Império Romano

A jovem Igreja lentamente se estrutura e progride. No início do séc. II já é bem clara a distinção ministerial: bispo, presbítero e diácono (Cf. Cartas de Santo Inácio de Antioquia). Também o sucessor de Pedro na Igreja de Roma começa a exercer uma função especial. De fato, há documentos que já o 4º sucessor de Pedro, o Papa Clemente Romano, no ano 96, dirige uma carta à Igreja de Corinto - Grécia, a pedido dela mesma, para que ele ponha ordem

naquela distante Igreja, com acatamento geral. Estamos no tempo dos Padres Apostólicos, sucessores imediatos dos Apóstolos.

No fim do Século I e durante o Século II, há grande preocupação por parte dos cristãos em defender-se dos ataques dos judeus e dos pagãos: É a época dos Santos Padres Apologetas. Em meados do século II, inicia-se o período dos Santos Padres (Santos Pais ou Mães da Igreja). Eles mostrarão crescente interesse em dialogar com a cultura greco-romana, criando lentamente a cultura cristã. Entre os Santos Padres, os principais nomes são: S. Justino, Tertuliano, S. Cipriano, Sto. Irineu, S. Clemente de Alexandria, Orígenes, Sto. Atanásio, Sto. Hilário, S. Basílio, S. Gregório Nazianzeno, S. Gregório de Nissa, S. Cirilo de Jerusalém, S. João Crisóstomo, Sto. Ambrósio, S. Jerônimo, Sto. Agostinho, S. Cirilo de Alexandria, S. Leão Magno, e tantos outros, como Boécio, Santo Isidoro de Sevilha, Máximo - o confessor, S. João Damasceno etc.

Desde o começo do cristianismo também existiram cristãos que se foram separando da "grande" Igreja: estas separações, mais tarde, serão chamadas cismas (quando há separação por questões disciplinares) e heresias (quando a separação é doutrinária). A divisão causa feridas e provoca escândalos! Já no fim do I séc., mas particularmente no séc. II, aparece a primeira heresia (erro doutrinário): a dos Gnósticos (racionalistas), que já S. João combate no Prólogo de seu Evangelho, dizendo que o "Verbo é Deus" (e não um "eão", ou seja, um "espírito intermediário", como já então diziam os Gnósticos). (Até que ponto o espiritismo do francês Allan Kardec, seguido atualmente por tantos brasileiros, não se inspira no gnosticismo, ao entender Jesus como "espírito luz", mas não como "Verbo" eterno do Pai, como já faziam os Gnósticos do começo da era cristã, negando a SSma. Trindade?).

Para distinguir a "grande" Igreja de Cristo da heresia gnóstica ou de outras heresias ou cismas, desde o início do séc. II, ela foi chamada de "católica", que em grego significa "universal": Isto aparece com clareza nas cartas de Santo Inácio de Antioquia, martirizado em 110 DC.

Em meados do séc. II, aparece o "cânon" ou lista oficial dos Livros da Sagrada Escritura. Para o Antigo Testamento, os cristãos liam e aceitavam a tradução dos "Setenta" (a "Septuaginta"), tradução feita do hebraico para o grego em Alexandria, uns 200 anos antes de Cristo. Ali estão os Livros que os Católicos aceitam como sendo os Livros revelados do Antigo Testamento (45 ou, conforme a divisão, 46 livros). Os evangélicos costumam deixar de fora alguns dos livros mais próximos da vinda de Cristo, baseados na Bíblia hebraica, na tradição da Palestina. Contudo, não há maior diferença doutrinal, senão quanto à oração pelos mortos (Cf. II Macabeus 12,39-46). Quanto ao Novo Testamento, as primeiras listas são do séc. II DC, constituindo-se finalmente, em torno de 150 DC, nos atuais 27 livros, que católicos e protestantes aceitam igualmente.

Os cristãos espalharam-se rapidamente pelo Império Romano, particularmente na área Oriental e na bacia do mar Mediterrâneo, como também na Espanha/Portugal e na Gália (hoje França): O Império Romano, porém, considerou os cristãos como inimigos do Império, porque se negavam a prestar culto ao Imperador César como se fosse Deus e a adorar os deuses do Império, como, por exemplo, ao deus sol (o Sol invictus ou o deus Mitras). Por recusarem a idolatria, sendo acusados de impiedade ou ateísmo, além de serem considerados perigosos para o Império, os cristãos sofreram dez (10) grandes perseguições, durante um período de

uns 250 anos: É a época do testemunho da fé (martíria) até a morte (são milhares ou milhões de mártires). Em lugar do culto ao deus sol, do qual o Imperador César se considerava filho, com grandes festejos em 25 de dezembro, os cristãos irão progressivamente (entre 336 e 354 DC) colocando a festa do nascimento de Jesus Cristo, que passou a ser o nosso Natal, introduzido oficialmente pelo Papa, em meados do século IV: Afinal, Cristo é o verdadeiro “sol”, a luz do mundo, que nasceu em Belém, da virgem Maria. Assim, lentamente, suprime-se a festa pagã pela comemoração da festa cristã do nascimento de Jesus, o Salvador.

3. Liberdade Religiosa e Cristandade

Os mártires foram “sementes” de novos cristãos. Quando boa parte da população já era cristã, apesar das perseguições, Constantino Magno dá-lhes a liberdade religiosa, pelo Edito de Milão, em 313, pondo um fim oficial às perseguições aos cristãos. Aliando-se ao cristianismo, o Imperador começa uma nova era para a Igreja, de vinculação com o Estado. É a chamada “*era constantiniana*”. Isto trará grandes problemas futuros à Igreja. Começa-se o tempo da “Cristandade”. De fato, a religião cristã tornou-se a religião oficial do Império Romano no tempo do governo de Teodósio I, em 381. Na aliança Igreja-Estado, o poder civil muitas vezes se imiscuiu nas coisas da Igreja e a dominou ou a utilizou. A aliança Igreja-Estado atravessou a Idade Média e boa parte da Idade Moderna. (Com a Revolução Francesa, de 1789, voltou a haver separação entre Igreja e Estado. No Brasil, isto somente aconteceu com a proclamação da República, em 1889, ou melhor, com a Constituição de 1890).

4. Arianismo e Concílios Ecumênicos

Com a liberdade religiosa, começaram a se multiplicar as heresias, destacando-se o Arianismo: O sacerdote Ario, em Alexandria-Egito, em 318, começa a dizer que Jesus Cristo não é Deus, mas um homem adotado por Deus como filho, ou seja, Jesus seria uma criatura e não é Deus com o Pai. (Hoje em dia, quem diz coisa semelhante são as Testemunhas de Jeová!). A posição de Ario significava negar a SSma. Trindade. Para aclarar a doutrina cristã, celebram-se os Concílio Ecumênicos (universais): o 1º em Nicéia (na Ásia) (325) e o 2º em Constantinopla (381), nos quais é elaborada a profissão de fé que amplia reflexivamente o “Símbolo dos Apóstolos”: é o chamado “Credo Niceno-Constantinopolitano”. Ali afirma-se que Jesus, Verbo (ou Lógos = Pensamento/Razão) eterno de Deus (cf. Evangelho de João cap.1), é gerado e não criado, mas consubstancial ao Pai, isto é, Jesus Cristo é Deus com o Pai, na unidade do mesmo Deus. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, e com eles é adorado na mesma divindade de um só Deus. (A propósito, veja-se este “Creio” ampliado em nossos livros de reza. Este “credo” temos em comum com os cristãos Ortodoxos e as principais Igrejas Evangélicas ou Protestantes, como os Anglicanos/Episcopais, Luteranos e outros). Diga-se, desde já, que até hoje realizaram-se 21 Concílios Ecumênicos na História da Igreja. Daquela época, são célebres o Concílio de Éfeso (431) e, principalmente, o de Calcedônia (451), quando se aclara melhor quem é Jesus Cristo. Estes debates foram necessários, diante de persistentes e novas heresias, que negavam pontos centrais da fé cristã. Nestes Concílios Cristológicos chega-se, finalmente, a entender e a definir que Jesus Cristo

é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, com duas naturezas (a divina e a humana), com duas vontades (a divina e a humana), mas numa só pessoa, a de Jesus Cristo, que é Deus com o Pai e o Espírito Santo.

5. Igreja e Diversidade Cultural: Ocidente e Oriente

Deve-se ainda registrar que, no fim do Século IV, ao tempo de Teodósio I, houve a divisão do Império Romano em Ocidente e Oriente, o que gerou um progressivo afastamento entre a Igreja Ocidental e a Oriental, motivado especialmente pela língua e cultura diferentes: latim e grego. Além disto, o Império Oriental ou Bizâncio, tendo por capital Constantinopla (hoje Istambul), não caiu na mão dos bárbaros e pode manter normalmente a cultura grega. (O Império de Bizâncio terminou somente em 1453, com a invasão dos turcos).

5.1 Os Povos Germânicos e a destruição do Império Romano Ocidental

O Império Romano Ocidental, de cultura latina, vivia ameaçado pelos povos germânicos, que eram chamados "bárbaros". Estes povos ficavam além do Rio Reno e se multiplicavam constantemente, começando a se infiltrar no Império. Em meados do séc. IV e séc. V, grupos maiores vão entrando no domínio romano até se tornar insustentável segurá-los na fronteira. Houve uma invasão de hordas e hordas, tribos e tribos, não apenas de germanos, mas de outros povos do norte e do leste europeu: Foi uma época de grande migração de povos. Para se ter uma idéia, basta olhar os Vândalos: eles atravessaram toda Europa, passando pela península Ibérica, e percorreram todo o norte da África, que também era do Império Romano. Quando morreu Santo Agostinho, em 430, sua cidade episcopal Hipona estava sitiada pelos Vândalos. Recorde-se que os bárbaros não eram cristãos, possuíam uma cultura mais primitiva e geralmente não eram alfabetizados. Invadiam o Império Romano à procura de terras, mas também roubavam e assaltavam, destruindo o que encontrassem pela frente. Assim, o Império ruiu: seu término oficial situa-se no ano de 476. (Uma boa reflexão sobre o sentido teológico de tudo isto, encontramos na obra "A Cidade de Deus" de Sto. Agostinho).

5.2 Conversão dos povos germânicos ao Cristianismo

Com a invasão dos bárbaros ou a movimentação dos povos na Europa e o fim do Império, a Igreja teve que começar tudo de novo! Foi uma árdua tarefa a de evangelizar estes novos povos que se misturaram com os povos do antigo Império Romano. Na cristianização dos bárbaros, nasceu a Europa atual. Um dos primeiros reis bárbaros a se converter foi o rei dos francos, Clóvis, cuja mulher Clotilde, uma cristã, conseguiu converter o marido. Com ele, foi batizado todo seu exército, que contava com alguns milhares de soldados. Lentamente, povo após povo, tribo após tribo, os bárbaros foram aderindo ao cristianismo, embora com o banho de sangue do martírio de muitos missionários. O principal apóstolo dos germanos foi S. Bonifácio, monge inglês, que trouxe para a Germânia (que nós chamamos Alemanha) outros tantos missionários e também irmãs, entre as quais se destaca Santa Lioba.

5.3 O Monaquismo: “Ora et Labora”

Nesta tarefa missionária, devemos lembrar a grande presença dos monges beneditinos. O monaquismo nasceu no Oriente, mas foi trazido para o Ocidente por S. Bento, filho de um dos últimos senadores romanos. O movimento monacal estendeu-se rapidamente por toda a Europa e foi fator fundamental na conversão dos povos bárbaros, pois os monges trabalhavam e rezavam (sob o lema “ora et labora”), e também abriram escolas para os filhos dos bárbaros, educando a nova geração. (O Documento de Puebla afirma, num lindo sonho, que, para o Brasil e América Latina, nossas CEBs deveriam ser o que os mosteiros medievais foram para a formação da cultura cristã da Europa: Isto não deixa de ser um grande desafio para todos nós hoje!)

5.4 Os Papas e o nascimento dos Estados Pontifícios

Nesta época de domínio dos bárbaros, foi crescendo a importância do Papado, devendo destacar-se o Papa Leão Magno (440-461), que convenceu o terrível Átila, rei dos Hunos, a não invadir Roma, e o Papa Gregório Magno (590-604), este como grande reformador e organizador da Igreja, inclusive iniciando o que seriam depois os chamados “Estados Pontifícios”, cujo resto final hoje é o pequeno Estado do Vaticano (constituído de apenas 44 hectares, dentro da cidade de Roma). Assim, de S. Pedro a João Paulo II, temos 264 Papas, que governaram a Igreja em nome de Cristo, como sinal e fator de unidade na Igreja Católica, embora eventuais equívocos na maneira de exercer concretamente o ministério da unidade, confiada a Pedro e a seus sucessores (Mt.16,13-19 e João 21,15-23).

5.5 A Europa e a cultura cristã

A partir do final dos anos 300 até o ano 800, temos mais de quatro séculos de movimentação e migração dos povos na Europa, em que a Igreja teve que enfrentar a realidade dos povos novos, para trazê-los ao Evangelho. No ano 800, na noite de Natal, o rei dos francos e de todos os povos germanos, Carlos Magno, fez-se coroar pelo Papa, em Roma. Com isto a Europa teve novamente um Imperador, mas sob a hegemonia dos povos germanos cristianizados. Surgia uma nova era, a Idade Média! As massas bárbaras, nação após nação, haviam aderido à fé cristã, salvo alguns poucos, que até o ano mil também terão aderido ao cristianismo, como os suecos e russos (estes convertidos pela ação missionária dos cristãos de Bizâncio ou Constantinopla). A Europa agora é cristã! Com isto também torna-se normal o batismo de crianças. (No tempo do Império Romano, até mesmo por causa das perseguições, isto era uma coisa mais rara: o batismo era dado a adultos após mais de um ano de catecumenato, ou seja, após uma longa instrução, geralmente dada pelo bispo, com um devido acompanhamento (para isto havia um padrinho ou uma madrinha, escolhido pela Igreja), para garantir que o candidato abandonasse os costumes pagãos, encaminhando o crente para a prática das virtudes cristãs.

5.6 Surgimento e expansão da religião muçulmana

Enquanto a Europa era agitada pelos bárbaros, na Arábia surgia um novo movimento religioso. Maomé diz-se inspirado por Deus, afirmando ter visões do anjo Gabriel e apresentando-se como o “Advogado” prometido por Cristo. Maomé é considerado por seus adeptos como o último profeta de “Alá” (Deus Criador e Senhor, da mesma raiz bíblica do “El” ou “Elohim” do Antigo Testamento). O maometanismo ou religião muçulmana se espalhou como fogo pela Arábia. A data oficial para o início da era muçulmana costuma ser a da fuga de Maomé de Meca para Medina, no ano de 622. O livro sagrado dos muçulmanos é o “Corão” ou “Alcorão”, que tem resquícios do judaísmo e do cristianismo, com elementos da cultura árabe. Bem depressa, os árabes invadiram a Palestina, o Oriente Próximo, mas também o Egito e todo norte da África, Espanha/Portugal, chegando até a entrar na França, onde foram combatidos pelo rei dos francos, Carlos Martel, que os jogou de volta à Espanha. Os cristãos de Portugal e Espanha resistiram na sua fé cristã e, séculos depois, expulsaram os árabes muçulmanos (os mouros): Isto explica o grande enraizamento da fé cristã entre os portugueses e espanhóis. Contudo, todo norte da África, bem como o Egito e o Oriente Médio até hoje são muçulmanos, embora uma vez tenham sido áreas de intenso cristianismo nos tempos do Império Romano!

6. Igreja Medieval

6.1 Feudalismo e Igreja

A coroação de Carlos Magno no ano 800 pode ser considerado como início da Idade Média propriamente dita. Esta se caracteriza, antes de tudo, pelo feudalismo, com senhores feudais sendo donos das terras e a maioria do povo trabalhando como servos destes senhores, que os protegiam, em troca de receberem parte dos produtos da terra. O povo deveria também fornecer soldados para as contínuas guerras entre senhores. As cidades, destruídas pela migração dos bárbaros, eram então quase inexistentes. Havia os “burgos”, onde residiam os artesãos (donde vem, mais tarde, a denominação dos “burgueses”). Nesta primeira época medieval, a Igreja entrou em certa letargia, sendo também ela influenciada pelo feudalismo, com bispos-príncipes e senhores feudais, sem muita preocupação com o específico da missão da Igreja. Contudo, antes do ano mil, o mosteiro de Cluny (920), França, empreende uma reforma nos mosteiros, com repercussão favorável em toda a Igreja.

O feudalismo prendera a Igreja nas mãos dos senhores feudais e dos Imperadores ou Reis, que intervinham na nomeação dos bispos e do própria Papa. No séc. XI, o problema das “investiduras” por parte dos leigos é enfrentada decididamente pelos Papas e progressivamente superado, apesar do desencontro havido com Henrique IV, Imperador da Alemanha. Este chegou mesmo a nomear um anti-papa, a que aderiram muitos bispos alemães (antecedente protestante?). A partir do séc. XI, o papado torna-se o centro das decisões religioso-políticas da Europa, permitindo uma paz que garantirá o florescimento dos séc. XII-XIII.

6.2 Igreja Ortodoxa

Entrementes, após um problema surgido no séc. X, no ano de 1054 acontece o cisma (divisão) da Igreja: surge a Igreja Ortodoxa (no Oriente), que nega, sob Miguel Cerulário, Patriarca de Constantinopla, obediência ao Papa de Roma. Há também uma pequena divergência quanto à compreensão do Espírito Santo: Segundo os Ortodoxos, Ele procede do Pai “pelo” Filho (Os cristãos Ocidentais afirmam que Ele procede do Pai “e” do Filho). A Igreja Ortodoxa subdivide-se em muitas Igrejas nacionais, em torno dos diversos Patriarcas. (Até hoje os “Ortodoxos” continuam separados da Igreja de Roma, com exceção de alguns grupos, como os Maronitas (libaneses), os quais voltaram a aceitar o Papa no séc. XVI, bem como algumas outras Igrejas ou grupos, como a dos Ucrânicos, Armênios, Melquitas, Sírio-Caldeus, e outros, formando os ritos orientais da Igreja Católica, aceitando a autoridade do Papa). Os Ortodoxos possuem em comum com os católicos romanos toda a doutrina dogmática, com pequenas nuances: Por isso, o movimento ortodoxo é considerado apenas um cisma (divisão) e não uma heresia (erro doutrinário).

6.3 Igreja e apogeu da Idade Média

Os séc. XII-XIII são o apogeu da Idade Média européia: Há grandes Santos, novas Ordens Religiosas (Franciscanos e Dominicanos), muita fé, a construção das grandes catedrais góticas, a fundação das Universidades com o apoio da Igreja, as sínteses filosófico-teológicas de Santo Tomás de Aquino e São Boaventura etc. Por sua vez, as Cidades (chamadas “Burgos”) voltam a crescer e a ser o centro da cultura.

6.4 Nascimento da Inquisição

Contudo, já no fim do séc. XIII, surge a Inquisição (que terá seu apogeu nos séc. XVI-XVII, especialmente na Espanha). A Inquisição quer proteger a fé cristã verdadeira contra os hereges (que, nesta época, eram os Albigenses, os Cátaros...) e contra as superstições e bruxarias. A Inquisição acaba, porém, sendo intolerante e estreita, ou seja, uma negação do respeito à dignidade do Homem e dos valores do Evangelho. Ela é também utilizada (e muito) pelos governos civis (inclusive por nosso Portugal no Brasil-Colônia) para conseguir seus interesses políticos. A oposição política era tachada de heresia, pelos governos, e perseguida, então, pela Igreja, que, desta forma, era usada como aparato repressor e garantia da ordem civil. (A inquisição é uma página triste na História da Igreja. Sua lembrança deve impulsionar a cada cristão e a toda a Igreja a ser vanguardeiro na defesa dos direitos da pessoa humana! Para todos deve ficar claro que a religião cristã não se impõe, mas se propõe com amor e no testemunho de cada um de nós: Assim agiu Cristo!).

6.5 Crise do Papado

No séc. XIV, sete Papas irão residir em Avignon (cidade da França), ocasionando problemas no fim daquele século e começos do séc. XV. Numa grande crise de autoridade,

tentando trazer o Papa de volta à Roma, (que sempre foi a sua Diocese), chegou-se a eleger dois Papas: um em Roma e outro em Avignon. Na tentativa precipitada de superar a crise, elegeu-se um terceiro Papa (João XXIII), em Pisa (Itália), mas este sempre foi considerado um anti-papa. Em 1417, no Concílio de Constança, a crise é superada e volta-se a estabelecer um só Papa em Roma. Mesmo assim, somente esta crise mostra-nos o quanto a Igreja da época precisava de reformas.

7. Igreja e o “descobrimento” da América

No fim da Idade Média, Portugal estava em pleno florescimento econômico e cultural. Como era um país com extensa costa voltada para o Oceano Atlântico, Portugal investiu muito na navegação. Progressivamente, chegou a algumas ilhas do grande Oceano e foi costeando a África, rumo ao Sul. O plano era descobrir e abrir uma rota marítima para a Índia, no Oriente, para estabelecer um comércio de especiarias, negócio muito rendoso naquela época. Portugal era um país católico, que procurava juntar a fé cristã a seus empreendimentos marítimos.

A vizinha Espanha, também muito católica, já por alguns séculos estava envolvida numa guerra de reconquista territorial contra os mouros (de religião muçulmana, que haviam invadido a península ibérica, vindos do norte da África). A Espanha financiou casualmente a empreitada de Cristóvão Colombo, navegador italiano, ansioso por encontrar uma rota ao Oriente indo para o Ocidente. Isto levou à chamada “descoberta” da América, em 12 de outubro de 1492. Achando ter chegado à Índia, os europeus chamaram os habitantes nativos de “índios”. A América era um continente desconhecido para a Europa: Por isso falaram em “descobrimento”.

O fato é que, em nossa vasta América, viviam muitíssimos povos, entre os quais podemos ressaltar os Astecas (México), Maias (América Central) e Incas (Peru-Bolívia). Em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil, em cujo solo é celebrada uma missa por frei Henrique de Coimbra (26 de abril de 1500). Também no Brasil havia milhões de índios, pertencentes a muitas tribos e povos, embora com um tipo de civilização menos elaborada do que boa parte dos índios da América Espanhola. Os espanhóis e portugueses falavam em expandir o Reino de Cristo e evangelizar os povos pagãos. Na verdade, havia grandes interesses econômicos em jogo e muita cobiça humana. Sendo assim, o que aconteceu foi uma “invasão” e colonização, com inusitada violência e grande mortandade dos nativos. A cultura ibérica e a religião católica foram impostas aos nativos e, depois, aos escravos negros. De fato, acrescente-se que, progressivamente, trouxeram vários milhões de negros da África, como mão de obra escrava, contra todas as determinações anteriores e mais antigas da religião cristã contra a escravidão.

Quem defendeu os índios? Certamente muita gente, mas deve destacar-se o Frei Bartolomeu de las Casas (1474-1566), incansável batalhador pela causa dos índios e dos seus direitos. Alguém defendeu os escravos negros? Sim, mas em menor escala. A respeito de tudo isto, sem justificar os desmandos, deve-se tomar em conta um fato da política eclesiástica da época medieval e renascentista: a união entre Igreja e Estado e, mais especificamente na península ibérica, a instituição do “Padroado”. No regime de “padroado”, os reis de Portugal

e Espanha eram reconhecidos pelo Papa como chefes da Igreja em seus países. Deste modo, no momento da “descoberta” da América, foi muito difícil separar a religião de um empreendimento econômico de exploração dos povos índios e dos negros trazidos da África, bem como de todo este processo de destruição de suas culturas. Os missionários cristãos que criticavam o projeto colonial e se puseram a defender os índios ou os negros escravos eram sistematicamente remetidos de volta para as Metrópoles. Eram tidos como rebeldes, quando não entregues à autoridade pública civil e eclesiástica como hereges, para serem julgados pela Inquisição, manipulada pelas autoridades de plantão. Apesar de tudo isto, houve muitos missionários dedicados e zelosos, quer na América espanhola, quer no Brasil, que se dedicaram aos índios e aos negros, mesmo que isto, aos olhos atuais, seja considerado insuficiente. De fato, deve-se reconhecer que o Cristianismo foi implantado na América com a cruz e a espada, sob patrocínio das autoridades civis pretensamente cristãs e de certa conivência de autoridades eclesiásticas, o que talvez explique boa parte dos problemas atuais da Igreja latino-americana.

Apesar do que aconteceu nestas terras, podemos concluir que Deus escreve certo por linhas tortas: A América é o Continente atual com maior número de cristãos e grande florescência do Cristianismo, superando até mesmo a velha Europa cristã. O fermento do Reino de Deus, que é obra de Deus, guiado pelo seu Espírito, lentamente tem superado alguns dos antigos problemas, apesar dos pecados dos homens e dos povos. A Igreja de hoje pede perdão pelos pecados cometidos e conclama que se olhe para frente, tendo o Evangelho como inspiração e Cristo como mestre. Neste Continente, Maria, mãe de Jesus, é invocada como N. Sra. de Guadalupe, N. Sra. Aparecida e tantos outros títulos que o povo latino-americano e brasileiro lhe concedeu ao longo de 5 séculos de luta e de fé, confiante na sua intercessão e proteção maternal. Contudo, voltemos a examinar a situação da Igreja no final da Idade Média.

8. Igreja medieval e anseio por reformas

No séc. XV, o anseio por reformas na Igreja começa a surgir em várias partes da Europa, destacando-se dois movimentos tachados de heréticos: o de John Wiclef ou Wyclif (na Inglaterra) e o de João Huss (na Boêmia, situada na atual República Tcheca). Por sua vez, na Holanda, surgiu a “Devotio Moderna”, uma renovação dentro da tradição católica: Um monge deste movimento redigiu a célebre obra “Imitação de Cristo”, livro de espiritualidade ainda usado por muitos cristãos até nossos dias, embora seja uma bela obra com típico enfoque da nova época que então estava a surgir: subjetivista, intimista e, até mesmo, um pouco individualista. (De fato, apesar de sua beleza e da admiração que desperta até hoje, a “Imitação de Cristo” possui um certo toque subjetivista e individualista, espiritualidade que, em nossos tempos, o Concílio Vaticano II tenta superar). Na Itália, Savonarola (1452-1498) procurou fazer uma reforma político-eclesiástica em Florença, mas seu estilo teocrático acabou por levá-lo à fogueira. Estes poucos exemplos pretendem apenas ser uma amostra dos muitos anseios daquele tempo por reformas na Igreja, reformas estas sempre proteladas e retardadas! Falava-se até num possível Concílio, que nunca era convocado.

9. Igreja Moderna: Movimento da Reforma

Hoje podemos perceber que o séc. XV e XVI fizeram surgir uma nova era na história da humanidade: É o chamado período Moderno. Estes dois séculos de transição são chamados de Humanismo e Renascimento, fenômeno cultural e artístico, que teve sua maior expressão na Itália. As Repúblicas Italianas e os Estados Pontifícios respiram o ar da renovação cultural, reforçado pela vinda de muitos sábios e artistas, fugidos de Constantinopla, que em 1453 caíra na mão dos Turcos (que professam a religião muçulmana). Podemos até afirmar que, neste período, a Itália e o próprio Papado mundanizam-se, preocupados que estão com as letras e as artes (e não tanto com a oração e o Evangelho). O próprio jovem monge Lutero esteve, naquela época, em peregrinação a Roma, e consta que se escandalizou com o mundanismo reinante.

9.1 Lutero e a Reforma

Tendo presente esta situação da Igreja, que já a alguns séculos estava precisando de reformas, que nunca saíam das intenções, além do mundanismo renascentista italiano e também da situação política alemã, onde o Imperador (e o Papa?) impõe pesados impostos aos príncipes, entender-se-á a figura de Martinho LUTERO (1483-1546) e seu movimento de "Reforma". Lutero começa, protestando contra a pregação das indulgências. Os pregadores de indulgências faziam de tudo para conseguir dinheiro para as obras da nova Basílica de S. Pedro em Roma (obras da atual basílica, em estilo renascentista-barroco). Assim, com a promulgação das 95 teses do monge agostiniano e professor universitário Martinho Lutero, em 1517, na porta do castelo de Wittenberg, origina-se o movimento da Reforma Protestante. Estabeleceu-se um desencontro entre Lutero e o Papa, cujo impasse, na época, não foi superado, ainda mais que o movimento luterano recebeu maciço apoio dos Príncipes do centro e do norte da Alemanha. (Os príncipes adeptos de Lutero, nas reuniões da "dieta" (parlamento) alemã, "protestavam" contra o Papa e o Imperador (o qual ficara fiel ao Papa): Por isso os seguidores das propostas de Lutero foram chamados de "protestantes" por parte dos católicos. (Aderiram ao movimento da Reforma Luterana o norte de Alemanha e todos os países escandinavos: Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, além de outras partes menores da Europa).

9.2 A Reforma se espalha

A "Reforma" espalha-se e terá outros líderes, com variantes doutrinárias, especialmente na Suíça, com Calvino e Zwinglio, cujo movimento deu origem à Igreja Reformada (à qual aderiu a maior parte da Suíça, parte da França e parte da Alemanha vizinha à Suíça, e a metade da Holanda). Na Escócia, o movimento da Reforma, com substrato calvinista, apoiado por John Knox, toma o nome de Igreja Presbiteriana. (De outra parte, o calvinismo está por detrás das seitas puritanas que, mais tarde, são o substrato religioso dos colonos que vão fundar os Estados Unidos: Em 1620, a bordo do navio "Myflower" vêm os "Pilgrim Fathers" para o leste americano, com a fundação das 13 colônias iniciais daquele país (somente Maryland era

colônia constituída de católicos). Em tempos mais recentes, principalmente a partir dos Estados Unidos, os grupos protestantes em geral, mas os grupos pentecostais, em particular, difundem-se para todo o mundo, criando novas e novas denominações, inclusive no Brasil). (Há quem afirme, como o sociólogo alemão Max Weber, que a ética protestante, ou melhor, a ética calvinista, com sua teologia da predestinação, ensinando que Deus abençoa os seus eleitos com riquezas já neste mundo, é a causa cultural que explica o surgimento do capitalismo).

9.3 Divergências doutrinárias entre Católicos e Protestantes

A Reforma protestante luterana e calvinista dos tempos do Renascimento atinge alguns elementos considerados essenciais para a doutrina católica. Por exemplo: não admite os sete sacramentos, mas geralmente apenas dois (Batismo e Santa Ceia), como também não admite o magistério da Igreja (principalmente o Papa), a devoção aos santos e à Virgem Maria, o sufrágio pelos falecidos etc. Sendo assim, a Reforma protestante não é apenas uma separação por indisciplina, mas acabou atingindo elementos da doutrina cristã tradicional, conforme é compreendida e ensinada pela Igreja Católica. Isto gerou grande desassossego na cristandade européia da época e muita polêmica. A Reforma luterana certamente se propôs a fazer uma reforma honesta da Igreja, mas acabou criando uma nova Igreja (e, depois, outras e outras, pois um dos princípios de Lutero era o do “livre exame da Bíblia”, em que cada cristão seria diretamente inspirado por Deus na leitura da Bíblia, sem precisar seguir a autoridade eclesiástica e a Tradição anterior. Quer nos parecer que é este o princípio que até hoje explica o surgimento de novas e novas denominações cristãs de fundo protestante ou “evangélico”: Não se aceitando o “magistério” oficial da Igreja, fica-se entregue a uma “inspiração” subjetiva, atribuída ao Espírito Santo). Em 1999, no clima do atual espírito ecumênico, foi assinado um acordo básico entre a Confederação Luterana Mundial (no Brasil, pela IECLB) e a Igreja Católica Romana sobre a questão da “justificação” (afirmando que só Jesus nos salva), assunto este que foi um dos temas mais polêmicos por ocasião do desencontro entre Lutero e a Igreja Católica no tempo do Renascimento.

9.4 Igreja Anglicana

Alguns anos após a Reforma de Lutero, também surgiu um movimento de ruptura da unidade cristã na Inglaterra, motivado pelo casamento e divórcio do rei (além de algumas questões de fundo histórico e político) O rei inglês, Henrique VIII, não obteve sua declaração de nulidade de casamento com a rainha Catarina de Aragão (da família real espanhola), para poder casar-se com Ana Bolena. Apesar dos protestos de seu primeiro ministro Thomas More, o rei rompeu com o Papado e, desta forma, acabou por desencadear o movimento anglicano – a Igreja da Inglaterra (1531 a 1535). Mais tarde, fora da Inglaterra, esta Igreja costuma chamar-se Igreja Episcopal Anglicana. Esta, em termos de vinculação mundial, está em comunhão com o bispo primaz da Inglaterra, o arcebispo de Canterbury ou Cantuária. A Igreja anglicana, apesar de receber elementos protestantes ao tempo da rainha Izabel I e do ditador Cromwell, não se considera uma igreja protestante, mas católica inglesa (Church of

England), sendo um meio termo entre a Igreja Católica Romana e o luteranismo/calvinismo da Reforma. Por insatisfação frente à “High Church” anglicana, em torno de 1750, John Wesley funda a Igreja Metodista, procurando renovar o anglicanismo. Contudo, o metodismo acentua alguns elementos protestantizantes.

(Deve-se recordar aqui que os protestantes, anglicanos, luteranos e evangélicos em geral, são cristãos. São irmãos dos católicos e vice-versa, pois todos são batizados, professam a mesma fé em Jesus Cristo e em Deus Pai. Católicos e evangélicos pertencem à mesma religião cristã, embora na diversidade das Igrejas. Saber e afirmar isto é fundamental, pois esta realidade impele a todos à procura da unidade cristã e ao testemunho comum da fé, em um mundo tão necessitado de Deus, tão materialista e neo-pagão!).

10. Reforma Católica: Concílio de Trento

O movimento da Reforma protestante tumultuou a Europa da época. A Igreja Católica acabou por reagir através da convocação de um Concílio Ecumênico, para resolver o impasse doutrinário e disciplinar. O Concílio de Trento (1545-1563) foi a Reforma Católica. Trento fez uma reforma em defesa do catolicismo. Isto significou um fechamento da Igreja, com medo da heresia. Significou uma defesa do dogma católico. Este modelo de Igreja, reformada pelo Concílio de Trento, foi conhecida até recentemente, ou seja, até a década de 1960, isto é, até o Concílio Vaticano II. A época da Igreja tridentina durou em torno de 400 anos. No concílio de Trento reafirmaram-se os sete sacramentos, a autoridade dos ministros de Ordem, a liderança do bispo de Roma ou Papa, a interpretação da Bíblia conforme a Tradição anterior da Igreja e sob a autoridade da Igreja (Magistério), a integridade dos livros bíblicos (72 ou 73 livros, enquanto os evangélicos deixam fora alguns livros do Antigo Testamento), entre outras decisões. Trento também recomendou os Seminários (para formar adequadamente os presbíteros), mandou elaborar um catecismo (aquele célebre catecismo de perguntas e respostas) etc.

10.1 As missões e a divulgação de Trento

A Companhia de Jesus (os jesuítas), fundada por S. Inácio de Loyola (e aprovada pelo Papa em 1540), difundirá o Concílio de Trento, juntamente com outras tantas Ordens Religiosas e líderes ilustres, como o cardeal S. Carlos Borromeu, de Milão. É oportuno lembrar novamente que, pouco antes Reforma protestante e do Concílio de Trento, as nações católicas de Espanha e Portugal haviam “descoberto” a América, o Brasil e o caminho para a Índia (1492 e 1500). Floresceram, então, as missões. A Igreja cresce em novos territórios e também em número de membros (na América, no Brasil, como também no Oriente, onde bastaria lembrar o grande missionário jesuíta S. Francisco Xavier). Após o Concílio de Trento, com sua reafirmação doutrinária, sua reforma espiritual e disciplinar, surgem muitos e grandes figuras na Igreja, muitos dos quais foram, mais tarde, canonizados. Houve um período de intensa vida religiosa católica. Neste período, também floresceu a arte sacra, criando-se o estilo barroco, inspirado na exuberância da fauna e da flora do Novo Mundo.

10.2 A intolerância religiosa entre as confissões cristãs

É lamentável que também, neste período, a Inquisição, especialmente na Espanha, chegasse a seu apogeu, muitas vezes utilizada pelos governos civis. Embora isto não sirva de justificativa ou de consolo, a bem da verdade, é oportuno dizer que também nas áreas dominadas pelo protestantismo houve problemas de intolerância religiosa: Calvino governou com mão-de-ferro e jogou muitos na “fogueira” em Genebra (Suiça); Lutero acabou apoiando o “massacre” dos camponeses alemães, que, em guerra contra os senhores feudais, exigiam reforma agrária, estimulados pela próprias idéias da Reforma luterana; na Inglaterra, o rei Henrique VIII mandou encarcerar seu 1º Ministro, Thomas More, porque este não aceitou o rompimento com o Papa e o casamento do rei com Ana Bolena, sendo, depois, condenado à morte e decapitado, em 1535. Estes fatos apenas querem mostrar o estado de intolerância que, então, dominava a todos, católicos e protestantes! O movimento da Reforma Protestante e da Contra-Reforma Católica provocou a época das chamadas “guerras religiosas”: Em quase toda a Europa, facções rivais do Cristianismo se enfrentaram com violência recíproca. De modo particular na Alemanha, a intolerância entre católicos e protestantes foi muito grande, até a paz de Westphália, em 1648 (no fim da Guerra de 30 Anos). Depois, lentamente, a intolerância foi cessando, embora na Inglaterra fosse proibido ser católico até 1815 (até o Tratado de Versailles, após a derrota de Napoleão Bonaparte), enquanto na Espanha, até a segunda metade do Século XX, era proibido ser protestante. Finalmente, no séc. XX, chegou-se arduamente ao diálogo mútuo, expresso pelo movimento ecumênico. A tolerância religiosa, transportada para o plano político, levou progressivamente à Democracia e às liberdades democráticas, um grande bem que resultou de toda esta confusão religiosa.

10.3 Crise entre a Igreja e o Mundo Moderno

Ainda no Renascimento, na Itália, houve o delicado processo contra o cientista Galileu Galilei, por sua defesa do heliocentrismo contra o geocentrismo. Isto melindrou a comunidade científica diante da Igreja, com repercussões negativas até nossos dias. Houve um grande afastamento dos cientistas daquilo que diz respeito à fé, cristianismo e Igreja, salvo exceções. Esta realidade tornar-se-á mais crítica com o movimento do Iluminismo (Aufklärung ou Ilustração), no séc. XVIII, particularmente no grupo da “Encyclopédie” francesa, que ataca intensamente a Igreja. Tudo isto culminará na Revolução Francesa (1789). Assiste-se, assim, a um progressivo movimento de secularização, que, em parte, continua até nossos dias.

A Revolução Francesa, exigindo a separação entre Igreja e Estado, marcou um novo período para a Igreja. De agora em diante, separada do Estado, A Igreja poderá ser mais autêntica, sem contar com os privilégios estatais e sem se deixar corromper com a política de partidos ou de governos. De vagar, supera-se o período constantiniano, iniciado no século IV. Vai chegando ao fim o estado de Crisandade.

(No Brasil, a Igreja Católica deixou de ser Igreja oficial do Estado com a vinda da República, em 1889, quando se fez a separação entre ambos e se permitiu a livre manifestação de culto para todos os grupos religiosos. Quando havia união Igreja-Estado, a manutenção dos ministros do culto e do próprio templo era feita pelo Estado, através da coleta de impostos

eclesiásticos: Isto leva muitos a pensar, até hoje, que a Igreja Católica é mantida pelo governo. Isto explica porque o povo em geral pensa que a “côngrua” (o salário) dos bispos e presbíteros é paga pelo governo, dificultando a proposta do dízimo, conforme o antigo costume bíblico. Lentamente, os católicos começam a entender que a Igreja [o culto, o clero, os funcionários da Igreja, os missionários, as pastorais, as contas de água e luz, e tudo mais] é mantida pelos próprios fiéis, a partir de suas contribuições regulares do dízimo (que não deve ser compreendido como uma esmola), dízimo este que já é prática normal entre as Igrejas e grupos evangélicos).

10.4 A Igreja no fim do Século XIX e inícios do XX

Após a renovação da Igreja advinda do Concílio de Trento, assistimos a uma progressiva cristalização da Igreja nos séc. XVIII e XIX, uma vez que o Concílio já estava longe demais e os tempos foram mudando rapidamente. Nem mesmo o Concílio Vaticano I (1869-1870), interrompido com a invasão de Roma por parte de Garibaldi e a unificação da Itália, conseguiu traçar rumos novos para a Igreja. O mundo mudara bastante e novos desafios estavam sendo colocados. Afinal, agora já estávamos em plena Revolução Industrial, com uma crescente presença e domínio da ciência e da técnica. Contudo, a Igreja continuava com sua postura anti-protestante de Trento, ancorada no pensamento escolástico decadente, cultivando uma mentalidade rural, num período em que começavam a surgir as grandes cidades européias. (No Brasil, neste época, ainda estamos no tempo do Império, com união entre Igreja e Estado. No Rio Grande do Sul, fundavam-se as paróquias [que então se chamavam de “freguesias”]. No começo do Século XX, em 1910, o Papa Pio X cria a Diocese de Pelotas).

Finalmente, o mundo do séc. XIX já não é mais o mesmo da era medieval, renascentista ou barroca. Na Europa, estamos em plena época liberal, com uma crescente economia capitalista, sofrendo os primeiros embates frente ao comunismo, que triunfará na Rússia, em 1917. Em meados do Século XIX, pode-se afirmar que boa parte da Europa está em plena modernidade! O resto do mundo seguirá seus passos! Como reagirá a Igreja frente a este desafio?

11. Igreja Contemporânea

11.1 Igreja começa a enfrentar a Modernidade

Apesar de muitos problemas, em fins do séc. XIX já se percebe uma pequena reação na Igreja. Antes de tudo, diga-se que, durante aquele século, surgiram novas Congregações Religiosas e um novo alento missionário, que provocaram alguma renovação na Igreja. (Em fins do séc. XIX e inícios do XX, muitas congregações vêm ao Brasil, fundando escolas e hospitais na maioria de nossas cidades. Há também um grande impulso missionário na África negra, que começa a aderir ao Cristianismo).

A eleição do Papa Leão XIII (1878-1903) provocou o início da reforma contemporânea na Igreja, movimento que só amadureceu plenamente com o Concílio Vaticano II (1962-

1965). Leão XIII restaurou os estudos de filosofia e teologia (Cf. encíclica "Aeterni Patris", de 1879, originando o neo-tomismo). Escreveu também a 1ª encíclica social, a "Rerum Novarum" (sobre a questão operária), pondo a Igreja no debate da situação dos trabalhadores da indústria e de seus direitos na relação capital-trabalho. Neste final de século XIX, também se iniciam o movimento bíblico e a reforma litúrgica.

De outra parte, as Igrejas Protestantes iniciam o movimento ecumênico, que se articula no começo do séc. XX, procurando a unidade das Igrejas cristãs (diante do escândalo de existirem tantas igrejas, especialmente quando se apresentavam em terras missionárias como Índia, China e Japão): Disto resultará a criação do Conselho Mundial de Igrejas cristãs, com encontros internacionais regulares. A partir de 1948, os católicos participam deste Conselho como observadores, com crescente interesse e atuação, particularmente após o Concílio Vaticano II. (Este Concílio emitiu um documento específico sobre a questão do ecumenismo, chamado "Unitatis Redintegratio" [UR] e, no Vaticano, criou-se um Secretariado para a Unidade dos Cristãos).

A renovação católica do fim do século XIX e inícios do séc. XX foi truncada (travada) pelo movimento anti-modernista do Papa Pio X (1903-1914), porque houve abusos, até com alguns desvios doutrinários. Contudo, o Papa Pio XI (1922-1939) voltou a incentivar a renovação da Igreja nas décadas de 1920-30, pelo despertar dos leigos. Fundou a chamada "Ação Católica". Seu sucessor, o Papa Pio XII (1939-1958), sábio e cientista, foi um Papa, que teve grande prestígio no mundo contemporâneo, especialmente nos anos duros da II Guerra Mundial e nos anos de reconstrução do pós-guerra. Mesmo assim, a nova realidade do mundo surgido da última Grande Guerra estava a exigir amplas reformas na Igreja Católica. Não era mais possível ignorar a mudança do mundo, que sempre de novo precisa ser evangelizado!

11.2 Concílio Vaticano II e a Igreja atual

O Papa João XXIII (1958-1963) convocou o Concílio Vaticano II, celebrado entre 1962 e 1965, no Vaticano, Roma: Este foi o 21º Concílio Ecumênico da História da Igreja. João XXIII dizia que era preciso tirar as rugas da face da velha mãe Igreja, a fim de que, renovada, pudesse ser reconhecida novamente como a Igreja de Jesus Cristo, quer pelos irmãos cristãos separados da Igreja de Roma (os ortodoxos e os protestantes em geral), quer por todos os homens atuais de boa-vontade. O Concílio aprovou 16 documentos, entre os quais convém citar a "Sacrosanctum Concilium" (sobre a reforma litúrgica), a "Lumen Gentium" (sobre a Igreja), a "Gaudium et Spes" (sobre a Igreja no mundo de hoje), a "Dei Verbum" (sobre a Revelação divina), a "Apostolicam Actuositatem" (sobre o apostolado dos leigos), a "Ad Gentes" (sobre as missões), a "Dignitatis Humanae" (sobre a liberdade religiosa), a "Unitatis Redintegratio" (sobre o ecumenismo), a "Nostra Aetate" (sobre o diálogo inter-religioso), entre outros.

Com o Concílio Vaticano II supera-se a fase "anti" protestante e "anti" mundo moderno, que caracterizara a época pós-Trento. A Igreja volta a assumir posições vanguardistas na defesa da dignidade humana, no diálogo ecumênico, sem esquecer ou diminuir sua missão espiritual. O Papa Paulo VI (1963-1978) continuou o Concílio iniciado pelo antecessor e o

aplicou concretamente na vida da Igreja universal nos anos de seu pontificado. Entre suas muitas encíclicas, poderíamos citar a "Ecclesiam Suam" (1964), apresentando uma Igreja em diálogo e célebre "Evangelii Nuntiandi" (1975), sobre a Evangelização no mundo atual.

No Brasil, a renovação da Igreja foi sendo feita pela articulação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), fundada em 1952. Na América Latina, o CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano), fundado em 1955, no Rio de Janeiro, realizou, a pedido do Papa, a célebre reunião dos bispos em Medellín (1968) e, depois, em Puebla (1979), para chegar à celebração dos 500 anos da Evangelização da América, em Santo Domingo (1992): Em cada um destes encontros foi elaborado um Documento, publicando suas conclusões. Estes Encontros marcaram e ainda marcam profundamente a Igreja Católica nesta parte do mundo.

Sucedendo a João Paulo I (26.8 a 28.9.1978), o atual Papa João Paulo II (1978 —) tem-se caracterizado por grandes e contínuas viagens missionárias por todos os Continentes e Países do mundo, levando avante a renovação da Igreja, embora de modo mais moderado. Ele é o Papa que enfatiza a questão da cultura e lança o desafio de se enfrentar a modernidade, preparando a Igreja para a entrada no 3º milênio da era cristã, que toda Cristandade celebrou solenemente. Enfim, todos nós cristãos estamos neste mesmo "barco", a enfrentar a tarefa da nova evangelização, com novo ardor e novos métodos.

Conclusão

Ontem como hoje, esta é a mesma Igreja de Jesus Cristo, o Povo de Deus da Nova Aliança, a Igreja dos Apóstolos, que está aí após dois mil anos, com sofrimentos e lutas, sucessos e fracassos, pecados e graças, procurando cumprir a missão que lhe foi dada por Cristo: "Ide, pois, e fazei discípulos meus a todos os povos" (Mt. 28,19). Esta tarefa é um desafio constante para todo batizado e para cada comunidade eclesial, bem como para as suas lideranças. Esta é a mesma Igreja, que se expressa na fidelidade a Jesus Cristo, à sua Palavra, na união com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma, sob a orientação maior e suprema do Espírito Santo de Deus.

A Igreja cresceu como um grão de mostarda (Mt. 13,31)! Sua história é um desafio para que ela continue a cumprir sua missão! Também nós somos e temos parte nesta história. Para o cristão, a história tem sentido e ela não acabou. Por isso, ele ora no Pai-Nosso: "Venha a nós o vosso Reino" (Mt. 6,10) e suplica: "Vem, Senhor Jesus!" (Apoc. 22, 20).

Finalmente, cabe ainda a seguinte pergunta: Em que esta memória da Igreja nos poderá ajudar?

ABSTRACT: This article is a review of the History of the Church, gathering in a synthesis the essential elements: the Apostolic Church, the Church in the Roman Empire, the great heresies and their solutions in the former Ecumenic Councils, the diffusion of Christianity among the Germanic People, the Medieval Church, the "discovery" of America, the Protestant Reform movement, the Trien Council and the Catholic Reform, the Church and the Modernity, culminating in the Second Vatican Council, the actual Church. It could be useful for a brief course or as a base for short information about this subject.

Bibliografia geral sobre História da Igreja

- ANTONIAZZI, Alberto e MATOS, Henrique Cristiano José. *Cristianismo: 2000 Anos de Caminhada*. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Paulinas, 1996.
- BIHLMEYER, K.-TUECHLE,H. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1964. 3 vol.
- COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja*. 2 Tomos. São Paulo: Loyola, 1994.
- DANIELLOU, J. e Outros. *Nova História da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1973. 5 vol.
- FRÖHLICH, Roland. *Curso Básico de História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- JEDIN, Hubert. *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1966. 10 vol.
- LLORCA, B. e Outros. *Historia de la Iglesia Catolica*. Madrid: BAC, 1960. 4 vol.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1997 (4 Vol.)
- MONGE,A.-SIMONETTO,B. *História da Igreja* (em quadrinhos). 5 ed. São Paulo: Paulinas, 1963.

História da Igreja no Brasil e América Latina

- IPJ. *História da Igreja*. Porto Alegre: 1984. (Caderno).
- CEHILA. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. 2 vol.
- CEHILA. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.